



## **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**VOTO Nº 1496/2014**

**PROCESSO MPF Nº 1.34.001.007468/2013-12**

**ORIGEM: PROCURADORIA DA REPÚBLICA DE SÃO PAULO**

**PROCURADORA OFICIANTE: ÁLVARO LOTUFO MANZANO**

**RELATORA: LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN**

**MATÉRIA:** Notícia de Fato. Possível crime de maus tratos a animais (art. 32 da Lei n. 9.605/98). Instituto realizava testes em animais sem o registro pertinente. Recebimento de recursos públicos federais para efetuar os testes. Revisão de declínio (Enunciado nº 32). O Procurador oficiante encaminhou cópias da representação ao Grupo II – Patrimônio Público e Social – para aferição de eventual desvio de verbas federais. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Homologação do declínio ao Ministério Público Estadual.

### **HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**

Não ocorrendo, com a infração penal, prejuízo a bem, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, não se firma a competência da Justiça Federal, e, conseqüentemente, falece atribuição ao Ministério Público Federal para atuar no caso. Inteligência do art. 109, inc. IV da CF.

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, atenta ao que consta dos autos, HOMOLOGA O DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES, acolhendo, como razões de decidir, os fundamentos invocados pelo Membro do *Parquet* Federal (fls. 15/16).

Devolvam-se os autos à origem com nossas homenagens, para remessa ao Ministério Público Estadual.

Brasília/DF, 17 de março de 2014.

**Luiza Cristina Fonseca Frischeisen**  
Procuradora Regional da República  
Suplente - 2ª CCR/MPF